

A FORMAÇÃO DA EMPRESA PÚBLICA NO SETOR ELÉTRICO GAÚCHO¹

Gunter Axt

O Rio Grande do Sul foi o primeiro estado da Federação a apresentar a geração e distribuição de eletricidade praticamente sob total controle governamental. Com a absorção da *Companhia de Energia Elétrica Rio Grandense (CEERG)*² pela *Comissão Estadual de Energia Elétrica (CEEE)*,³ em 13 de maio de 1959, apenas a área sob concessão da *The Rio Grandense Light and Power Syndicate Limited*, empresa que operava na cidade de Pelotas, permaneceria ainda livre do intervencionismo do governo estadual.⁴

Às vésperas da encampação, a CEEE, elevada à condição de autarquia em 1952, respondia já por cerca de 80% da energia consumida em todo Rio Grande do Sul.⁵ A zona de concessão da CEERG, em Porto Alegre e Canoas, era também abastecida pela CEEE, que distribuía já cerca de 70% da eletricidade consumida na região. Um contrato assinado entre a *Companhia Brasileira de Força Elétrica (CBFE)*, de quem a CEERG tornara-se subsidiária, e a Intendência Municipal de Porto Alegre, em maio de 1928, permitia que esta companhia atuasse neste momento praticamente como distribuidora da energia fornecida pela CEEE, repassando-a três vezes mais cara aos consumidores porto-alegrenses. Além disso, a zona metropolitana da capital, por tratar-se do maior mercado consumidor do estado, era considerada de importância estratégica à CEEE, que através dela compensaria o ônus de distribuir energia em regiões escassamente povoadas.⁶

Estes pareceram à época argumentos suficientes que justificaram junto à opinião pública e aos estratos políticos sul-riograndenses a incorporação da CEERG pelo governo estadual. Por sua vez, o Relatório publicado em fins de 1958 pela Comissão de Tombamento dos Bens e Instalações da CEERG, instalada em 10 de setembro de 1957 pelo Ministério da Agricultura, após longas negociações entre os governos da

Gunter Axt é mestre em História pelo PPG em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

União e do Rio Grande do Sul, lançou as bases legais para o confisco da Companhia, ao determinar que a mesma nada teria a receber, mas antes a restituir ao governo do estado. Segundo tal Relatório, o capital investido nas instalações da CEERG teria alcançado ampla remuneração e largas margens de lucros durante o período de vigência da concessão da CBFÉ, especialmente através da remessa de juros altos ao exterior, sobre empréstimos tomados a empresas ligadas ao próprio truste.

A encampação da CEERG, livre de indenização ao grupo Amforp/Bond & Share, foi considerada legítima nos meios políticos gaúchos, como atestam os Anais da Assembléia Legislativa. Um inabalável consenso político reuniu, quando do confisco da Companhia pelo Governador Leonel Brizola, todos os partidos então registrados nesta casa.⁷ Num momento em que a conjuntura política brasileira polarizava-se acirradamente em torno de diferentes modelos de desenvolvimento projetados para o país, opondo, de um lado, liberais, simpáticos ao capital estrangeiro, à livre remessa de lucros para fora do país e à iniciativa privada, e, de outro, setores nacionalistas e propensos ao intervencionismo estatal, a Assembléia Legislativa gaúcha ratificava definitivamente a empresa pública, firmando o monopólio estatal no setor elétrico.

A formação precoce da empresa pública define uma característica peculiar da indústria de energia elétrica gaúcha em face aos demais estados da federação. Acreditamos que a mesma se explica em virtude das especificidades desenvolvidas pelo setor elétrico sul-riograndense ao longo de sua trajetória histórica.

Tendências ao intervencionismo estatal no setor de energia elétrica gaúcho já eram verificadas a vários anos. O Rio Grande do Sul foi o primeiro estado brasileiro a assistir a criação de uma Comissão Estadual de Energia Elétrica, em 1º de fevereiro de 1943, de acordo com o Decreto-lei no 328 do governo estadual. Foi igualmente pioneiro ao elaborar um plano regional de eletrificação sob coordenação estatal. Aprovado pelo governo federal em 6 de abril de 1945, suas primeiras iniciativas, embora ainda tímidas, remontam já a março de 1943.

A CEEE surgiu em 1943, absorvendo, conforme Decreto Federal nº 12.153, de seis de abril de 1943, as concessões de potenciais hídricos outorgadas pela União à administração de São Leopoldo, em 19 de outubro de 1937. Este município pretendia a constituição de um consórcio de municipalidades para a construção de uma grande central hidrelétrica nos rios Santa Cruz e Santa Maria, a partir de um conjunto de barragens e usinas escalonadas. O projeto⁸ foi de encontro aos interesses das pequenas companhias privadas que operavam nas cidades

compreendidas na zona de concessão de São Leopoldo. Figurou, contudo, especialmente como uma ameaça ao governo estadual, que ascendera ao poder com o Estado Novo, o qual visivelmente temeu a concentração da geração de energia elétrica para a zona economicamente mais dinâmica do interior do estado nas mãos de um único município. Esta tensão compôs a conjuntura na qual surgiu a Diretoria de Eletricidade da Secretaria de Obras Públicas do Estado, criada em fins de 1937. Este órgão lutou pela reversão do controle sobre os potenciais hídricos gaúchos ao governo estadual. Embrião da CEEE, aparelhou o governo para o exercício de um domínio mais efetivo sobre os rumos da indústria de energia elétrica no estado.

As dificuldades advindas da Segunda Guerra Mundial retardaram o início das obras projetadas pela CEEE. Os trabalhos para construção das represas do Passo do Inferno e do Salto principiaram em março de 1944. A primeira foi concluída quatro anos mais tarde,⁹ enquanto que a barragem do Salto do rio Santa Cruz foi inaugurada apenas em janeiro de 1951, tendo as obras seguido em ritmo bastante lento, devido à carência de recursos. Neste ano, a CEEE, com apoio do governo federal, inaugurou ainda mais cinco pequenas barragens.¹⁰ Em 1953, a CEEE colocou em funcionamento sua primeira grande termelétrica em São Jerônimo, com 20.000 kW de potência. Em 1956, entrou em operação sua primeira grande hidrelétrica, a de Canastra, com 42.000 kW instalados. Entre 1961 e 1962, foram inauguradas as primeiras fases das usinas termelétricas de Candiota (20.000 kW) e Charqueadas (72.000 kW), e da hidrelétrica de Jacuí, cujas três primeiras turbinas totalizavam 75.000 kW.

Paralelamente, a CEEE empreendeu também uma política de encampação de acervos municipais e de pequenas companhias privadas. Em 31 de julho de 1946, foram encampadas as instalações dos municípios de São Leopoldo, Taquara, Viamão, São Francisco de Paula e Gravataí; em 11 de novembro de 1947, foi absorvido o patrimônio das companhias privadas que operavam em Novo Hamburgo e Caxias do Sul. Durante a década de 50, estas encampações procederam com vigor, sendo as indenizações calculadas com base no custo histórico do acervo (o que não deixou, aliás, de gerar algumas polêmicas). Em 1959, quando do confisco da CEERG, portanto, a CEEE já havia concretizado sua posição na geração e distribuição de energia no Rio Grande do Sul.

Ao longo dos anos 40 e 50, a CEEE substituiu o capital privado e as instalações municipais no interior do estado sempre com boa receptividade junto à opinião pública e aos estratos políticos. Junto a setores mais mobilizados do empresariado gaúcho, entretanto, a idéia do mono-

reacção precipitada pelo governo em 1930, foi alvo de severas críticas. Ainda assim, as conquistas alcançadas pela CEEE esvaziaram a força desta oposição, ela mesma louvando as iniciativas governamentais.¹¹

As primeiras investidas dos poderes públicos no setor elétrico são, contudo, ainda anteriores à CEEE. Em 1^o de agosto de 1908, a Intendência Municipal de Porto Alegre fazia inaugurar uma termelétrica com capacidade inicial de 300 kW. Em 1912, entraram em atividade as primeiras hidrelétricas municipais.¹² A potência instalada destas usinas era, entretanto, bastante reduzida. Em 1930, o município de São Leopoldo colocou em operação a hidrelétrica da Toca: com 1.700 HP de potência, seria por duas décadas a maior usina do gênero no estado. O próprio governo estadual experimentara a administração direta de instalações elétricas, entre 1919 e 1933, na cidade de Rio Grande.

Em 1927, das 86 usinas elétricas registradas pelo senso estadual, 35 eram municipais e uma era administrada pelo governo estadual. Em 1939, operavam no estado 249 usinas (148 termelétricas e 101 hidrelétricas), das quais 56 eram administradas pelos municípios. Na geração hidrelétrica, o capital público municipal sempre predominou sobre o capital privado: em 1939, as administrações municipais controlavam cerca de 75% do potencial hídrico instalado no estado.

Estes dados, contudo, são menos significativos quando referidos no contexto geral. Do total da energia gerada no estado em 1939, apenas 9,8% procediam de fonte hídrica. Ao todo, os municípios respondiam então por 22,7% da capacidade total instalada no Rio Grande do Sul, de fonte hídrica e térmica. Em geral, os principais centros urbanos gaúchos eram abastecidos pela iniciativa privada, com exceção das cidades de Rio Grande, São Leopoldo, Santa Cruz e Passo Fundo.

O setor público da indústria de energia elétrica gaúcha chegava ao final dos anos 30 ao seu limite, pois derivava de iniciativas autônomas de municípios técnica e financeiramente despreparados para fazer frente ao aumento da demanda por consumo de eletricidade. Embora o Presidente do Estado, Borges de Medeiros, tenha defendido abertamente a opção municipalista desde 1912, o governo estadual comprometeu-se efetivamente pouco em ampará-la. Ainda que Getúlio Vargas, em 1930, tenha pretendido incentivar o desenvolvimento da eletricidade no Rio Grande do Sul, nenhum plano ou estratégia concreta de intervenção ou regulamentação foi articulada. Em 1919, no auge de sua política intervencionista, o governo Borges de Medeiros chegou a negar a concessão para exploração dos potenciais hídricos do rio Jacuí ao eng. Rodolpho Ahrons,

do capital privado. Foram então chamadas às negociações práticas seguidas, sem que se encontrasse uma solução para o impasse e sem que o Estado apresentasse alternativas concretas.

A política do governo estadual para com o setor elétrico até a implantação do Estado Novo foi, com efeito, ambígua. Sustentava um discurso intervencionista e sensível à utilização dos potenciais hídricos. Entretanto, além da falta de apoio aos municípios e da inexistência de um plano para investimentos, os governos estaduais republicanos obstruíram, mediante a negação de incentivos, projetos para construção de centrais hidrelétricas pela iniciativa privada nacional. Por sua vez, a assinatura do contrato de 1928 com a CBFE/Amforp para distribuição de energia em Porto Alegre, inviabilizou definitivamente a construção de uma grande hidrelétrica no rio Jacuí, que forneceria eletricidade abundante e barata ao interior e à capital, por isolar o principal mercado consumidor gaúcho com o privilégio concedido ao grupo norte-americano. Com esta medida, a solução hidrelétrica era preterida em favor dos interesses da indústria carbonífera no estado, mediante a reserva de mercado garantida pela termelétrica de Porto Alegre, e o interior, dissociado da capital, permaneceria desabastecido. Na época, a denúncia pela imprensa, e por técnicos ligados à Intendência da capital e à escola de Engenharia, desta e outras contradições determinadas pelo contrato assinado com a CBFE foi ignorada pelo governo Vargas.

Ao final dos anos 30, se o setor público esgotara suas possibilidades de reprodução da forma como achava-se estruturado, também o setor privado mergulhava num grave impasse. Desde seu surgimento, a indústria de energia elétrica gaúcha fora marcada por um baixo índice de capitalização. Em Pelotas, foram necessários cinco diferentes contratos, entre 1891 e 1912, para que a cidade fosse finalmente servida pela eletricidade. Em Porto Alegre, a *Sociedade Fiat Lux*, cuja usina, a primeira do estado, entrara em operação em 1887, demorou dez anos para principiar a distribuição de dividendos aos seus acionistas e passou por três administrações diferentes. Em 1923, os acionistas, desinteressados em aumentar o capital social da empresa a fim de sustentar seu plano de expansão, venderam-na à CEERG. Já a *Companhia Força e Luz Porto Alegrense*, incorporada em 1906 também pelo capital privado local, enfrentou igualmente uma série de dificuldades, terminando por ser absorvida pela CEERG, em 1925. Por sua vez, a CEERG, após tornar-se a principal companhia a operar no estado, foi incapaz de manter os investimentos a que se propôs, terminando por transferir suas instalações ao grupo Amforp, em 1928.¹³

sem o crescimento da demanda. A partir de 1928, embora subsistisse suficientemente em algumas companhias do interior, como em Novo Hamburgo e Caxias do Sul, recuou significativamente em benefício do capital estrangeiro, norte-americano (Amforp) e anglo-argentino (SUDAM).¹⁴ O setor estrangeiro, por sua vez, ainda que apresentasse uma expansão inicial, mostrou-se, contudo, igualmente incapaz de responder satisfatoriamente às necessidades do consumo. Aparentemente, estas companhias foram duramente atingidas pela restrição de capitais imposta pela crise de 1929 e, posteriormente, pela Segunda Guerra Mundial. Além disso, ressentiram-se financeiramente do congelamento das tarifas imposto durante o Estado Novo.

Assim, o setor elétrico sul-riograndense ingressou na década de 40 em colapso. As usinas eram dispersas e cada cidade possuía seu próprio regime tarifário e sistema de distribuição. Além disso, instalações precárias e insuficientes impunham severos racionamentos, que espalhavam-se por todo estado como uma praga. Faltava eletricidade para iluminação doméstica e pública, as indústrias estavam parando e as possibilidades de crescimento econômico eram cada vez mais solapadas. No interior, algumas cidades permaneciam meses sem luz. Em Novo Hamburgo, Caxias do Sul e São Leopoldo, as indústrias operavam por turnos, quando o podiam. Em Porto Alegre, o emprego de 30.000 operários esteve ameaçado. O transporte público era deficiente. Na capital, freqüentemente não havia gelo e os edifícios eram privados dos elevadores e do abastecimento de água.

Diante desse quadro, a CEEE não encontrou resistências para estabelecer-se no interior do estado ao longo dos anos 40 e 50. Pelo contrário, tendeu a ser mais solicitada do que sua capacidade de investimentos permitia. Ainda assim, apresentou-se como a única alternativa concreta para o encaminhamento do problema energético, fixando, dessa forma, o conceito de empresa pública no Rio Grande do Sul.

Na capital, embora a encampação da CEERG e da *Companhia Carris Porto Alegrense* fosse sistematicamente reivindicada desde a segunda metade da década de 40 pela opinião pública, imprensa e políticos,¹⁵ o governo estadual contornou inicialmente o confronto definitivo com a Amforp. A CEEE procurou, entretanto, empreender uma política de isolamento da CBFÉ, obstruindo seu tardio plano de expansão: as obras da termelétrica de apoio do Gravataí foram embargadas. Em seu lugar, a CEEE fez instalar, em abril de 1949, uma usina Diesel de emergência na avenida Farrapos, em Porto Alegre, com 8.600 kW de potên-

trouxe em si e os investimentos para expandir o sistema de linha de energia na capital, que necessitaria de energia proveniente de outras fontes. As primeiras conquistas da CEEE no interior¹⁶ e os efeitos danosos dos drásticos racionamentos, que culminaram com a decretação do Estado de Calamidade Pública em Porto Alegre em 1948,¹⁷ autorizaram a CEEE a prosseguir com sua política, neutralizando completamente eventuais vozes dissonantes que combatessem o isolamento da Amforp.¹⁸ A companhia norte-americana estava irremediavelmente desacreditada.

Ao alcançar, portanto, o momento histórico do confisco do acervo da CEERG, a CEEE já havia concretizado a projeção do conceito de empresa pública no território sul-riograndense. O impasse no qual se encontrava o setor de energia elétrica ao final dos anos 30, determinado, de um lado, pela dispersão das usinas, multiplicidade de tarifas e sistemas distribuidores e precariedade geral das instalações, e, de outro, pela ameaça de que um único município concentrasse a definição em torno dos rumos da indústria de energia elétrica no estado, tornou impostergável aos poderes públicos estaduais a intervenção direta. As conseqüências danosas, enfim, para a economia gaúcha da insuficiente ação municipal e privada durante toda República Velha, permitiram à CEEE afirmar-se sem encontrar significativa oposição interna. Único foco de resistência ao avanço da CEEE no Rio Grande do Sul, a posição da CBFE/Amforp tornou-se, finalmente, insustentável, em virtude dos maus serviços prestados pela CEERG durante os anos 40.

As soluções encaminhadas pela CEEE suscitaram, contudo, intensa polêmica no resto do país. Em resposta, a Assembléia Legislativa gaúcha chegou a patrocinar um movimento de esclarecimento da opinião pública nacional, onde argumentava-se que acima da defesa das teses nacionalistas e intervencionistas estava o interesse em estabelecer garantias ao desenvolvimento econômico do estado.

O intervencionismo estatal foi, de fato, legitimado pelos governos gaúchos durante toda República Velha. Ele foi, entretanto, bastante seletivo, atuando concretamente em áreas específicas, e especialmente no setor de transportes. Relativamente à eletricidade, ao contrário, o Executivo estadual, até fins dos anos 30, apresentou uma ação, em seu conjunto, descordenada e desastrada. Por outro lado, setores da imprensa porto-alegrense desencadearam, desde os anos 20, uma campanha sistemática contra o monopólio e o capital estrangeiro. É bem verdade, também, que a crescente impopulariedade das empresas privadas no estado, grandes ou pequenas, possa ter alimentado as esperanças do governo em

ção precoce da empresa pública no setor elétrico sul-riograndense deveu-se menos ao substrato ideológico estatista destas fontes derivado do que a imperativos de ordem econômica.

Carece, assim, de sustentação histórica a explicação de Leo Amaral Penna, ex-funcionário do grupo Amforp no Brasil, que pretende justificar o confisco da CEERG com base nas inclinações ideológicas eventualmente expressas no Rio Grande do Sul: “Antes desse confisco, nós vivemos os anos todos sempre brigando no estado do Rio Grande do Sul. Porque, no estado do Rio Grande do Sul, havia sempre uma tendência de estatização. (...) Eles tinham uma instituição que se chamava CEEE (...) e vivia às turras conosco.”²⁰

Sublinhe-se que a tensão entre a CBFÉ e a CEEE radicalizou-se apenas a partir da segunda metade da década de 40 (a CEEE, como se sabe, iniciou suas atividades em 1943). Além disso, até fins de 1937, embora sob marcação cerrada do jornal ‘Correio do Povo’, a CBFÉ/Amforp gozou da proteção explícita dos poderes Executivos do estado e do município de Porto Alegre.

Portanto, o consenso político em torno do conceito de empresa pública no Rio Grande do Sul desdobrou-se fundamentalmente das conseqüências constrangedoras às possibilidades de desenvolvimento econômico impostas pela dispersão e precariedade do parque gerador estadual, em sua maior parte, dominado pela ação da iniciativa privada. Basta lembrar que, conforme dados do Anuário Estatístico do Rio Grande do Sul de 1941, as instalações da Amforp sozinhas representavam então cerca de 50% da capacidade nominal total instalada, respondendo por 70% de toda energia consumida no estado.

O eclipse da Amforp no Rio Grande do Sul foi o coroamento de uma sucessão de insucessos das iniciativas do capital privado no estado. Da incapacidade do setor elétrico privado de oferecer garantias ao crescimento econômico e da limitação, ainda, das possibilidades de desenvolvimento a uma zona restrita do estado, derivou a consistência do conceito de empresa pública estadual e centralizante durante o período de sua formação.

1. Este artigo apresenta algumas questões desenvolvidas em nossa Dissertação de Mestrado "A Indústria de Energia Elétrica no Rio Grande do Sul - dos primórdios à formação da Empresa Pública (1887-1959)". Porto Alegre, CPG-História/UFRGS, 1995. Ver, também: AXT, Gunter. "Política Energética e Indústria de Energia Elétrica no Rio Grande do Sul Republicano." *Cadernos de Estudo*. Porto Alegre, CPG-História/UFRGS, No 10, 1994, pg 74-96; e "A Indústria de Energia Elétrica em Pelotas". In: *Revista do Núcleo de Pesquisa*. Pelotas, Depto. História/UFPel, 1995.
2. Empresa criada em 1923 pela *Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo*, com sede no Rio de Janeiro; subsidiária, desde 1928, à *Companhia Brasileira e Força Elétrica*, com sede no Rio de Janeiro e pertencente ao grupo norte-americano *Electric Bond & Share/Amforp*.
3. A *Companhia Estadual de Energia Elétrica* foi criada em dezembro de 1963, substituindo então a Comissão, que durara 20 anos.
4. Em 1964, o acervo da Light pelotense reverteu à União, com a compra, pelo governo federal, do grupo Amforp, do qual a Light era subsidiária desde 1929. Em 23 de março de 1966, com o término do prazo de concessão da Light, conforme previa o contrato firmado em 1912, uma subsidiária da Eletrobrás, a *Companhia Pelotense de Eletricidade (CPE)*, assumiu o acervo da antiga companhia. Apenas em 28 de dezembro de 1972 as instalações de eletricidade da cidade de Pelotas foram transferidas ao governo gaúcho.
5. Segundo estatísticas do IBGE, em 1955 operavam no Rio Grande do Sul 345 usinas geradoras (190 das quais de fonte térmica), que conjuntamente perfaziam uma potência instalada de 116.205 kW. O Rio Grande do Sul ocupava então a quinta posição em produção de energia elétrica no país, seguindo os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia.
6. Conforme o IBGE, em 1959 Porto Alegre era a quarta capital brasileira em consumo de eletricidade, seguindo São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Na capital gaúcha, assim como em Belo Horizonte, o consumo de eletricidade para iluminação particular era superior ao consumo de força industrial.
7. Pelo menos até as primeiras ameaças de retaliações do governo norte-americano ao Estado do Rio Grande do Sul, que ensejaram um recuo da bancada da UDN (então com três deputados) quanto a não indenização à empresa contratante. A estatização, entretanto, não chegou a ser questionada.
8. Concebido pelo engenheiro Noé Melo de Freitas, que a partir de 1943, então como diretor da CEEE, tornou-se responsável pela condução do Plano de Eletrificação.
9. A usina, associada a barragem do Passo do Inferno, entrou em operação em fins de 1948, com 2.000 HP de potência.
10. Ivaí, Ijuizinho, Forquilha, Saltinho e Guarita.

- ignore os prejuízos que tem sofrido a economia do Estado e como tem sido retardado o seu progresso com a demora de uma solução, mesmo parcial, para a carência de energia elétrica com que lutamos. Não há, assim, quem negue o apoio e o reconhecimento aos esforços que vem despendendo a atual administração rio-grandense para tornar realidade o plano referido (...).” RENNER, A.J. O Problema da Eletricidade. In: *Boletim Renner*. São Leopoldo, Rotermond/A.J. Renner S.A., 1952. pg.89.
12. Nas cidades de Passo Fundo e Alfredo Chaves.
 13. Quando a termelétrica da Volta do Gasômetro entrou em funcionamento, em 11 de novembro de 1928, com uma capacidade inicial de 10.000 kW, as outras três pequenas usinas que operavam na capital, que haviam sido absorvidas pela CBFE em maio, foram imediatamente desativadas. A CBFE promoveu então uma série de melhorias no sistema de distribuição e geração de energia da capital gaúcha, mas suas instalações estariam superadas em meados dos anos 40.
 14. Em 1930, a SUDAM absorvera concessões nas cidades de Santa Maria, Alegrete, Bagé, Dom Pedrito, Livramento e Uruguaiana.
 15. Especialmente a bancada do PTB na Assembléia Legislativa.
 16. A popularidade do Plano de Eletrificação pode ser avaliada na eleição de Walter Jobim ao governo do estado, em 1946. Ex-Secretário de Obras Públicas, o Plano de Eletrificação, criado em sua gestão, foi o principal ponto da então vitoriosa plataforma política do PSD.
 17. As antigas e sobrecarregadas caldeiras da CEERG entraram diversas vezes em pane entre 1945 e 1957. Em alguns momentos, a termelétrica da Companhia chegou a operar com apenas 30% de sua capacidade nominal. A capacidade máxima da usina fora atingida em 1946 (24.600 kW), com a instalação do seu quinto turbo-gerador, com 6.000 kW de potência.
 18. Uma vez instalada, a CEEE implantou, efetivamente, uma política de obstrução da iniciativa privada no Rio Grande do Sul. Além do embargo às obras da usina de apoio da CEERG, a CEEE caçou a liberação pelo CNAE de um pedido de concessão encaminhado pelo CADEM (Consórcio Administrador de Empresas de Mineração), com sede no Rio de Janeiro, para construção de uma termelétrica com 15.000 kW de potência em São Jerônimo.
 19. Conselho Nacional de Águas e Energia, criado em 1939 pelo governo federal.
 20. PENNA, Leo Amaral. *Leo Amaral Penna. (depoimento 1987)*. RJ, FGV/CPDOC - História Oral, 1991. 318 p.dat. pg. 86.